

MP 1031

**Efeitos e impactos da Capitalização da
Eletrobras na Economia Brasileira**

O que já saiu na mídia
(clique nas imagens para ler a íntegra)

31/05/21

Artigos

- Elena Landau
- Zeina Latif
- Edvaldo Santana
- Paulo Rabello de Castro
- José Roberto Mendonça de Barros
- Maurício Tolmasquim e Nelson Hubner
- Paulo Pedrosa
- Marcos Lisboa

**ELENA
LANDAU**



E-MAIL: ELENA.LANDAU@EUROLIVRES.ORG

Senhor juiz, pare agora

O relatório da MP que trata da capitalização da Eletrobrás, previsivelmente, gerou um modelo desastroso. Foram tantos jabutis que acabou derrubando a árvore.

Não há absurdo maior do que vender uma empresa tão importante por medida provisória.

Mudanças que normalmente passariam por um processo de consulta pública e análise técnica foram feitas na canetada, atendendo a lobbies poderosos. O mais óbvio, a exigência de contratação de fontes específicas: além das questionáveis térmicas inflexíveis, há cotas para pequenas centrais hidrelétricas (PCH). Bateu na trave na votação da Lei do Gás, mas emplacou agora. Não se pode negar, Lira hon-

ra seus compromissos.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) faz o planejamento do setor e programa leilões com base na declaração da demanda das distribuidoras – hoje sobrecontratadas em função da pandemia. É uma função do Executivo. Desde 2004, há concorrência nos leilões entre fontes de energia, com objetivo de reduzir tarifas. E, quando necessário, a EPE coloca mais térmicas na matriz, inclusive, com maior inflexibilidade. Não por acaso, o País passou de uma matriz predominantemente hidráulica para hidrotérmica na última década.

Em 90 dias de pouca reflexão, e muita pressão, o relator reverteu a lógica de operação do setor. Numa canetada, definiu local, quantidade e fontes de energia. Sobrou para os consumido-

res, que vão pagar caro pela intervenção indevida. O mais intrigante é que a ideia original da capitalização era usar os recursos para abater os valores dos encargos da CDE e, assim, reduzir tarifas. Acabou virando objetivo secundário. O principal é atender os amigos. Com a reserva de mercado para térmicas e PCHs, além de gasodutos e obras desnecessárias, ganham poucos e perdem muitos. O tema nada tem a ver com a MP, por isso, sua impugnação dever ser feita no Senado.

Antes de a MP ser publicada, escrevi

Todos querem uma foto com o martelinho na mão. Aí o setor desanda e culpam a privatização

uma coluna intitulada *Pau que nasce torto, morre torto* falando dos problemas do PL 5.877/2019, que tratava dessa mesma operação de capitalização da Eletrobrás. Destaquei a falta de debate sobre o modelo de venda escolhido e o perigoso precedente de delegar ao Congresso a sua avaliação técnica, prerrogativa do Executivo.

Os serviços de origem no projeto de lei, revogado pela MP, só foram amplia-

dos. A capitalização da Eletrobrás está na pauta desde 2018. Ao longo desses três anos não foram disponibilizados os estudos que deram base ao projeto proposto por Temer e, rerepresentado por Bolsonaro, praticamente sem mudanças. As discussões sobre a modelagem foram descartadas. Avallar alternativas atrasaria ainda mais a venda. A pressa no discurso não se refletiu em empenho do governo.

Dormindo nas gavetas do Congresso por anos, de repente, a capitalização viu urgente. A desculpa é que a Eletrobrás vem perdendo significância. A ótica da empresa prevaleceu sobre a ótica do setor. Prova disso é que não se tratou do seu poder de mercado.

Sua presença relevante na geração de energia no País, indevida mesmo para uma estatal, será transferida aos controladores privados. E a democratização do capital não resolve a questão.

Muito mal redigida, a sugestão do relator de dar poderes à Aneel para intervir em caso de abuso de poder econômico foi descartada. A agência deve zelar para promover a competição e eficiência no setor, não precisa de nova lei para isso. Mas a competição de investigação e punição de abusos é dos

órgãos de controle da concorrência, como o Cade. E ele pode intervir sempre que achar que houve abuso de posição dominante, como faz em diversos setores da economia. No limite, pode, inclusive, obrigar a ciação de ativos. Bom, que os investidores tenham isso em mente.

Nem o Ministério de Minas e Energia nem a Aneel parecem preocupados por terem sido atropelados em suas funções. Deram apoio público ao relatório Frankenstein. Melhor se tivessem ficados calados. O fato é que não há ninguém zelando pelos consumidores.

Para este governo o que importa não é vender bem, é vender rápido. Tá todo mundo louco por uma foto com martelinho. Aí o setor desanda e a culpa será da privatização.

Sempre fui da opinião que o melhor cenário era deixar essa MP caducar. Agora é tarde. Se a qualidade desse processo é indicativa do que serão as reformas que estão na agenda, melhor não fazer nada. Por favor, parem agora.

*

ECONOMISTA E ADVOGADA

SEQ. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quincenalmente) | **TER.**, Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Danni Getúlio (quincenalmente) | **QUA.**, Flávio Alves | **QUI.**, Adriana Fernandes | **SEX.**, Elena Landau e Laura Karpukas (reviram quinzenalmente) e Pedro Doria | **SAB.**, Adriana Fernandes | **DOM.**, José Roberto Mendonça de Barros (quinzenalmente) e Alfonso Celso Pastore (quinzenalmente); **Paulo Leme** (1º domingo do mês), Roberto Rodrigues (2º domingo do mês), Albert Fohlow (3º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

**ZEINA
LATIF**



Pior a emenda que o soneto

Os consumidores precisam contar com o fornecimento perene de energia elétrica e a preço justo. Isso requer ambiente competitivo entre as empresas do setor elétrico; regulação adequada para estimular o investimento e para proteger o consumidor de abusos; e planejamento para garantir fontes de energia alternativa, adequadas a cada região do país, conforme as suas vantagens naturais.

A privatização da Eletrobras deveria se inserir nesse objetivo, principalmente pelo seu peso no setor (responsável por 1/3 da oferta de energia) e sua incapacidade de manter um nível adequado de investimento — tem sido da ordem de R\$ 3 bilhões ao

ano ante uma necessidade de R\$ 15 bilhões, segundo a empresa. No entanto, o projeto de lei de conversão aprovado pela Câmara peca em várias frentes, incorporando assuntos estranhos à matéria ("jabutis"), sem amparo técnico, e levando para o Legislativo uma função de planejamento que é do Executivo.

O projeto está mais focado em atender (inadequadamente) lobbies do que em beneficiar a coletividade, pois produz reservas de mercado e cria distorções que resultam em energia mais cara. E ao impor tantas exigências à Eletrobras, reduz potencialmente a receita da privatização para os cofres públicos.

Em que pese à necessidade de prover segurança na oferta de energia, este é um assunto do poder público, com soluções técnicas. Vale citar que os problemas atuais de reservatórios vazios não serão resolvidos pela medida, até porque a maturação de investimentos é longa.

É compreensível a utilização de políticas governamentais (temporárias) para promover o desenvolvimento de novas tecnologias. Essa foi a justificativa para o Proinfa (Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica), criado em 2002 para estimular o investimento em pequenas centrais hidrelétricas (PCH), biomassa e eólica. Pagogou-se mais caro por essa energia com o intuito de inserir essas fontes na matriz energéti-

ca, para sua diversificação. Passados 20 anos, esses segmentos atingiram maturidade. Mesmo assim, o programa será renovado por mais 20 anos, a preços tabelados em muitos casos superiores aos do mercado livre. Um peso sobre a Eletrobras e os consumidores.

O projeto também obriga a empresa a contratar, nos próximos anos, energia de termelétricas a gás natural com operação (em grande medida) ininterrupta e de

O governo, focado em 2022, terceiriza ao centro uma medida tão importante quanto a privatização da Eletrobras

PCMs. Pior, motiva a implantação de térmicas e gasodutos no NO, NE e CO, em conflito com o marco regulatório do gás natural recém-aprovado, que define o investimento onde há valor econômico. O especialista Edvaldo Santana aponta, por exemplo, que não convém fazer térmicas no Norte, uma região exportadora de energia, com limites de despatch e distante da fonte do recurso natural.

Investimentos em gasodutos precisam ser bem delimitados, não apenas para evitar projetos inadequados, mas também por conta da transição energética para energias mais limpas, que tende a acelerar e os tornará inviáveis no médio-longo prazo. De quebra, ferir os princípios ESG pode vir a ser mais um fator a reduzir o interesse do setor privado pela empresa.

Aliados do governo fecham os olhos para o ônus sobre o consumidor e até afirmam que haverá benefícios, pois a receita da privatização contribuirá para reduzir tarifas de energia. Não é bem assim. Inclusive, parte dos recursos será utilizada para a recuperação de bacias hidrálicas (como as do São Francisco e do Parnaíba). A propósito, seria melhor constituir um fundo desses recursos e utilizar os fluxos de seu rendimento para projetos específicos, já que são despesas de caráter permanente.

Esses jabutis já haviam sido, não à toa, rejeitados pelo Congresso em projetos anteriores. Mesmo assim, o presidente da Câmara, Arthur Lira, impediu o necessário debate nas comissões. Ao mesmo tempo que agrada a aliados e grupos organizados, passa a suposta imagem de reformista, ocultando que se trata de uma medida ruim.

Os ministérios envolvidos se omitem em apontar os problemas e, a julgar por declarações recentes de Paulo Guedes, seu foco é a reeleição de Bolsonaro, prometendo ir "para o ataque". São lados da mesma moeda. O governo, focado em 2022, terceiriza ao centro uma medida tão importante. O ambiente está propenso a maiores desvios. Todo o cuidado é pouco nas discussões de outras reformas, como a tributária.

O Senado não deveria se omitir.

Medida provisória da Eletrobras é um caso raro de jabutis que já nasceram nos galhos. Por **Edvaldo Santana**

Eletrobras: triturada e tratorada

Foi o meu estudo básico na Escola Industrial de Sergipe. Lá ficava das 7 às 17h. No período da tarde, as aulas eram de marcenaria, mecânica, elétrica e outras disciplinas como artes gráficas. Tinhamos que sair com um professor. Gostava das aulas de marcenaria. Recebíamos um tijolo, por exemplo, de madeira e tínhamos que fazer sobre o uso das ferramentas. No mesmo dia fériamos que reproduzíram o objeto desenhado. Os professores eram todos da banca. Usavam um código para alertar sobre qualidade do produto: "Cuidado para não estourar o pote".

A Eletrobras, de relevantes contribuições ao setor elétrico, há 20 anos é triturada. A fase mais acalorada iniciou-se com as distorções federais de estatutárias aparelhadas.

Por muito tempo o consumidor pagará, sob a forma de aumentos das tarifas, o custo das distorções federais.

Em 23 de maio, o presidente da República deceu a rampa e foi ao Congresso entregar a Medida Provisória (MP) 1031, que trazia a nova estrutura da Eletrobras. Ótima iniciativa, mesmo que a forma (uma MP) seja discutível. Dias antes, o presidente brasileiro que iria meter o dedo na craca, já havia feito a fizerça na Petrobras. Os efeitos sobre o valor da empresa foram imediatos.

A privatização, por gera expressões positivas, reverteu pessimismo.

Porém, a MP da Eletrobras, depois das emendas, agravará as distorções de custos, além dos inúmeros desvios de finalidade. No original, a MP trazia uma série de idiossincrasias, o que explica o recorde de 570 emendas. É um caso raro de jabutis que já nasceram nos galhos da MP. São biliômetros as obrigações para a nova Eletrobras. De saída, R\$ 7 bilhões seriam destinados à transmissão de energia para São Francisco e reservatórios de Furnas. Dáis terços da grana ficaria sob influência da Codevasf, aquela das tratadoras que brotaram do orçamento paralelo, mas gerenciado por indicados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Dessa mesma fornada, R\$ 2,95 bilhões iriam para uma es-

tatalização das tarifas de gás de geração e distribuição. Isto é, para a perpetuação do uso insuficiente do óleo para a termelétrica.

Nono faltaria dinheiro para outras aparelhagens. Começou em 2023 encerrari o pagamento da dívida de Itaipu, com bom potencial de redução dos custos, grande parte dos quais direcionados espúrios, será demandada, novamente, para a totalização das bascas das São Francisco e Paranhana.

MP, depois das emendas, agravará as distorções de custos, além dos inúmeros desvios de finalidade

Só enxubado, setor a oligopólio, de expansão da capacidade instalada por meio de termelétricas a gás natural. Tais usinas, apelidadas de inflexões, seriam adicionadas no centro de carga, para evitar novos custos de transmissão. 62% do consumo de eletricidade está na região Centro-Oeste, que já tem gás e malha de escoamento.

Comando, até na região Norte, que expõe 75% da energia produzida a gás natural, só teria investimentos mais 2.000 MW de usinas a gás natural. Irracionalidade perfeita.

É notório o crescimento da participação das fontes intermitentes, que são mais caras e instáveis. A geração bem maior que as fontes de energia férmea, isto é, gás natural, baixa da suplemento e necessidade de complementação. Comando, o design de usinas mix étnicas de fonte, e como elas serão usadas, requer profundos estudos técnicos e operacionais (não citados pelo relator), que simplesmente não existem, que sóbrio substancial ao crescimento da rede de gasodutos.

É evidente que os recursos energéticos serão deslocados de forma inflexão. No Nordeste, isto acontecerá todos os anos. Entre janeiro e maio já não haverá como gerar e transportar toda energia de

água, pelo menos. Agora, também teremos "vermelhout". Agora, gás será pago mesmo que a molécula não gere 1 kWh.

Tarifas e Bala Monte. Isto se deve ao piorismo do investimento privado na construção de pequenas centrais hidrelétricas. Na verdade, se o sistema fica engolido com aparelhamentos intermitentes, a motivação para tornar compulsória a aquisição de energia de fontes pétreas que não possam ser reservatórios e estariam no Centro-Oeste, deveria ser a segurança energética. Não se conhece quem ganha com a estratégia do placa-fodor ou operador da grana, que responde à necessidade dessa contratação. O mesmo vale para a privatização do Previdão. A privatização é a menor das calamidades, o argumento de que com pensar o uso do IGM, deveria ser uma iniciativa da Aneel, de quem não há menor miséria técnica sobre o tema.

O Relator, no papel de Deus, tentou definir até o local onde serão construídas. Desprezou que o presidente da Eletrobras é livre para decidir cada para os consumidores cativos. Ora, se o objetivo é equilibrar o jogo entre livres e cativos, bancaria definitivamente todos os consumidores livres e cativos, mas já tem gás e malha de escoamento.

Retorno ao texto de intrusão, de que a MP 1031, que é de Sergipe, trazia a Escola Industrial, o Relator da MP recebeu desenhos de ambulâncias, mas, por alguma razão, montou um trator, que já vem com agravante de que é de um sindicato e a serviço da infelicidade. Não segui o alegro do professor e, assim, inviabilizou a MP 1031, que já não era mais.

A MP da Eletrobras aperfeiçoou os erros da MP 579, que pretendia corrigir. A boa ideia foi tratorada por interesses espúrios. Em verdadeiro anticlimax, sairá do tamanho de uma MP da Codevasf, talvez sua denominação mais apropriada. É prudente que o governo desista da MP. Do contrário, o estrago será irreparável.



Por Edvaldo Santana

Edvaldo Santana é doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel

Porém, a MP da Eletrobras, depois das emendas, agravará as distorções de custos, além dos inúmeros desvios de finalidade. Mesmo no original, a MP trazia uma série de idiossincrasias, o que explica o recorde de 570 emendas. É um caso raro de jabutis que já nasceram nos galhos da MP. São bilionárias as obrigações para a nova Eletrobras. De saída, R\$ 7 bilhões seriam destinados à recuperação da Bacia do rio São Francisco e reservatórios de Furnas. Dois terços da grana ficaria sob influência da Codevasf, aquela das tratadoras que brotaram do orçamento paralelo, mas gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Dessa mesma fornada, R\$ 2,95 bilhões iriam para uma es-

A MP da Eletrobras aperfeiçoou os erros da MP 579, que pretendia corrigir. A boa ideia foi tratorada por interesses espúrios. Em verdadeiro anticlimax, sairá do tamanho de uma MP da Codevasf, talvez sua denominação mais apropriada. É prudente que o governo desista da MP. Do contrário, o estrago será irreparável.

Edvaldo Santana é Doutor em Engenharia da Produção e ex-diretor da Aneel

Edvaldo Santana é Doutor em Engenharia da Produção e ex-diretor da Aneel



PAULO RABELLO DE CASTRO

6 O perigo que ronda a crise é o governante da hora romper com o futuro e acelerar em direção ao passado. (...) A situação no campo ambiental fala disso"

PAULO RABELLO DE CASTRO É ECONOMISTA

Eletrobras: privatização ou privataria?

A Câmara dos Deputados aprovou nesta semana uma medida provisória para deflagrar a privatização do sistema elétrico brasileiro, que se acha debaixo do CNPJ da Eletrobras. Será venda fatidica, porque precedida por cisão de Itaipu Binacional e das usinas termoelétricas. O que está em jogo é a perda do controle, pela União, que é hoje exercido em conjunto com o BNDES. Ao colocar novas ações à venda, não subscritas pelo Tesouro Nacional nem pelo BNDES, tal capitalização da Eletrobras por novos acionistas privados formará uma nova maioria de votos no Conselho de Administração da empresa.

E quanto vale esse novo controle? O mercado não sabe direito. Depende do valor futuro dos ativos que ficarão na nova Eletrobras (sem Itaipu e Angra). Dependendo das novas regras de cobrança de cada megawatt gerado, se mercadoria regulada ou livre. Depende, ainda, do crescimento da própria economia, bem como da demanda futura por energia elétrica, que promete ser a grande alternativa aos combustíveis fósseis. Por quantos bilhões você pensaria em vender esse ativo?

Nesse mar de incertezas, um Congresso atolado em mazelas políticas, CPIs e disputas com o Supremo resolve correr para 'privatizar' o conglomerado elétrico mais relevante do país.

Privatizar para quem? Os prováveis comprado-

res serão estatais ou fundos de pensão públicos de outros países, tendo China à frente de todos. Não deixa de ser trágico que um governo tão sensível à atuação do governo chinês no episódio da COVID e das vacinas seja o mesmo que forma maioria no Congresso para viabilizar um leilão cujo resultado provável será o domínio de empresas e fundos estrangeiros sobre nosso futuro energético. Mal explicado e incompatível com o perfil do presidente e de seus aliados patriotas.

Fecham a cortina. Não obstante quem venha a dar as cartas na Eletrobras, certo é que praticamente nenhum deputado votou com mínimo conhecimento de causa. Agora, o projeto segue para o Senado, presidido por uma figura de estatura intelectual. Será que Rodrigo Pacheco sabe o que ele e seus colegas estarão autorizando vender? Há duas questões essenciais nessa privatização, além do problema já apontado da perda de comando sobre o processo energético do país. Um deles é o da futura 'precificação' das contas de energia. Em português, os consumidores pagariam a conta dos futuros investimentos. Como sempre pagaram, aliás, já que toda a geração energética estatal do Brasil decorre de tributos, empréstimos compulsórios e 'adicionalis' invisíveis nas contas de energia, por décadas a fio.

Portanto, foi poupança forçada em cima do

bolso de nossos pais, avôs e bisavôs, donos da Eletrobras, que já morreram, nos deixando este pecúlio energético que será alienado por decisão notívaga de representantes desentendidos. Antes de perpetrar a entrega, é essencial que o Senado estude o IMPACTO de sua decisão sobre os bolsos dos brasileiros, atuais e futuros consumidores, e também que se reflita sobre o VALOR PERDIDO se tal venda resultar, um ou dois anos à frente, numa surpreendente valorização do ativo num múltiplo superior a cinco, talvez dez vezes, o valor apurado nessa venda de fim de feira do governo.

Qual regra autoriza o Congresso a abdicar dos valores embutidos nessas transações bilionárias?

Há, por exemplo, valores ainda a amortizar sobre o investimento nas usinas de geração e nas linhas de transmissão. Tais valores foram calculados em função de outra MP, de número 579, do governo Dilma. Sempre as apressadas MPs, deliberando mal sobre bilhões e trilhões.

Nesse caso, a 579 incorreu em falha clamorosa de avaliação dos valores a amortizar. Avaliou para muito menos. Enquanto presidente do BNDES, tentei alertar o TCU sobre a polêmica, mas sem sucesso aparente. No Brasil, não gostamos de prever. Preferimos debater sobre as vestes dos morotos, como no patético espetáculo da CPI da COVID.

Teremos, no futuro, outra CPI para apurar a

venda ruimosa da Eletrobras. Nesse futuro, parlamentares patriotas e televisivos deitarão falácias e muitos lembrarão, tardivamente, de chamar essa privatização de 'privatária', como já se alunciou o processo de venda de estatais no passado.

Só que, privatização ou privataria, o tempo certo de refletir antes de deliberar já terá passado. Vários atores já estarão mortos. O Brasil terá continuado pobre e deserto. As tarifas nas contas de luz já terão subido. O valor dos ativos alienados já será muito mais alto e inacessível ao investimento por brasileiros comuns, como os segurados do INSS. Sim, esses mesmos segurados do INSS que, um dia, já foram 'donos' da velha e boa Eletrobras. Triste é o país cujo povo trabalha para construir um patrimônio cujo valor de alienação não reflete, minimamente, nem o suor da camisa de quem realizou a grande obra nem uma previsão razoável do futuro brilhante que teríamos pela capitalização coletiva desse patrimônio para seus verdadeiros donos.

(*) Paulo Rabello foi presidente do BNDES (2017-18). Contribui quinzenalmente aos sábados.

O termo 'privataria' foi empregado no título do livro do jornalista Amaury Ribeiro Jr. "A privataria tucana".

JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS



Reformas à moda do Centrão

José R. Mendonça de Barros

Grande animação quanto ao futuro da economia brasileira é um pouco prematura e algo exagerada.

Muitos analistas e observadores passaram a expressar uma grande animação quanto ao futuro da economia brasileira, especialmente devido à resiliência mostrada nos primeiros meses do ano. Várias das projeções de crescimento para 2021 foram revisadas para 4% ou mesmo 5%.

Além disso, há bastante otimismo quanto ao avanço das reformas e da agenda infraconstitucional. Creio que essa visão seja um pouco prematura e esteja algo exagerada.

Começemos pela agenda de reformas. Sem dúvida, é verdade que algumas

medidas aprovadas tiveram mérito e produziram efeitos significativos. Faço aqui, por exemplo, da reforma da Previdência. Entretanto, é preciso lembrar que boa parte da discussão relevante se deu no governo Temer, e que o atual governo queria mesmo um regime de capitalização. Além disso, interferiu para garantir a proteção de várias corporações do setor público, assim tornando o projeto bem menos abrangente, embora ainda positivo.

Também merece lembrança a aprovação da nova Lei de Falências, do marco regulatório do gás e a nova Lei do Saneamento, debaixo da qual ocorreu a privatização da Cedae, este sim um projeto de grande importância.

Entretanto, nem todos os sucessos são o que parecem ser. Menciono a seguir três casos bastante relevantes, começando pela PEC emergencial.

Depois de um bom tempo no Congresso, o texto foi sendo aguardado, até que, na prática, a nova emenda não significa nada de expressivo, restando apenas o rótulo de "reforma". Isso porque os gatilhos que eram parte central da ideia original ficaram redigidos de uma forma que não serão relevantes antes de 2024 ou mais. Além disso, a redução dos incentivos tributários, na prática, desapareceu do texto, pois o governo tem apenas a obrigação de mandar um plano de redução em até seis meses, sem qualquer obrigação de executá-lo.

Finalmente, o próprio limite de gastos extrateto, de R\$ 45 bilhões para cobrir a ajuda emergencial, já foi totalmente ultrapassado por decisões subsequentes que criam, via MPs, créditos extraordinários. De sorte que o extrateto hoje já ultrapassa os R\$ 100 bilhões. Nada mais longe do que "a maior reforma fiscal dos últimos 20 anos", como apregou o Ministério da Economia.

O segundo exemplo que merece ser mencionado é o que está por trás da autorização para a privatização da Eletrobras, conhecido no jargão jornalístico como "jabuti". O projeto obriga as autoridades do setor a construir 6 mil MW de térmicas a gás inflexíveis, em regiões distantes da fonte do produto, o que impõe a construção de muitos gasodutos, com custos extraordinariamente elevados. Além disso, utiliza boa parte dos recursos da Eletrobras e já interfere no caixa de Itaipu, que ficará disponível após 2023, quando a empresa pagará sua última dívida.

Em outras palavras, foi feita sem maiores discussões uma reforma do setor elétrico que causará grandes custos para o sistema e, especialmente, para o consumidor final. Um desastre de grandes proporções. Comemorar algo bem-vindo – a privatização da Eletrobras – com custos associados de tal magnitude parece-me absolutamente fora de propósito.

Há vários riscos ainda relevantes na trajetória da recuperação do PIB neste ano, a saber:

- Os impactos do recrudescimento da covid-19, numa terceira onda que poderá conter a cepa indiana;

- Muitas empresas (25%, segundo a FGV) ainda relatam dificuldades com a obtenção de matérias-primas, partes e peças. Por exemplo, a GM vai fechar por três semanas sua fábrica de São Caetano;

- A escassez de água nos reservatórios já implicou utilização da bandeira vermelha, com impactos na inflação. Além disso, uma aceleração maior da produção poderá levar no terceiro trimestre a restrições no fornecimento de energia elétrica;



Lei desorganizará mercado elétrico e aumentará tarifas. Por **Mauricio Tolmasquim e Nelson Hubner**

AMP do absurdo

Numa manhã, ao despertar de sonhos inquietantes, Gregorio Samsa deu per sì na cama transformado num gigantesco inseto. Estava deitado sobre o dosso, com os braços e as pernas feitas de metal, e os levantava com esforço a cabeça, divisou o arredondado ventre castanho dividido em duros segmentos arqueados, sobre o qual a colcha facilmente mantinha a posição e estava a ponto de excravar. Comparadas com o resto do corpo, as inúmeras pernas, que eram miseravelmente finas, agitavam-se desesperadamente diante de seu olhos. Que me

Kafka traduz o desespero de um homem perante o absurdo. A medida provisória (MP) sobre a privatização da Eletrobras recentemente aprovada pela Câmara dos Deputados, nos transporta para uma realidade parecida com a vivenciada por Gregor Samsa. A MP foi supostamente elaborada para alavancar investimentos para a expansão do setor elétrico, aumentar a competição e beneficiar o consumidor. No entanto, seu conteúdo desafia

A evolução de vossos recursos pelas demandas da sua espécie é sempre a mesma. A miradela de grupos de interesses, sem se importar com o consumidor. Contrariando à lógica econômica, que indica que a contratação de 4.000 MW em termelétricas em regiões afastadas da demanda, é mais barato que milhares frotteiros, farto a contratação de gastosudos onerosos ao bolso do contribuinte. O que os usineiros devem se pôr de quando em quando é que não possuem suprimento de energia elétrica para vender. Eles só conseguem vender energia à estrutura de realização de religiosos, limitando sobremaneira o número de competidores. Em outras palavras, é a mesma desoneração com o meio ambiente, o texto aborda ainda o problema da escassez de energia, aliado à infidelidade, desperdiçando a energia gerada pelas hidrelétricas, que é a única fonte de energia que tem momentos de abundância de recursos naturais renováveis.

regulados. Os atributos de imprevisibilidade da fome não são suficientes para justificar tamanha severidade com os recursos do consumidor, sobretudo quando se considera que o custo social do isolamento social é menor do que o impacto letal sofrido por mais que o dobro das energias solar e eólica.

A reserva de mercado só lhe é garantida se o governo federal também se estende a alguns compromissos específicos. A reguladora, ao autorizar os contratos de gás da Petrobras e da Eletrobras, deve garantir a livre concorrência entre as alternativas de geração, como o gás natural (*biofase*, 2003), sejam exploradas por empresas privadas ou estatais. Isso permitiria este benefício, a preços gerenciados, para a comunidade urbana.

Os operadores devem ser recompensados por preços igualmente baixos, mas não por serem encorajados por preços igualmente altos. O resultado seria um menor impacto social, uma menor pressão sobre os recursos naturais e uma maior eficiência no processo competitivo.

O aumento da tarifa de energia no DNA da premissa apresentada. Ela reflete os consumidores e chefe-fazendeiro atualmente usufruindo de geração mais barata de usinas hidrelétricas que a geração térmica, que a Eletrobras vende essa energia por valor que pode atingir 100% acima do custo social de geração pago pelo consumidor. A diferença de preços implicaria um aumento de gastos para a geração de centenas de bilhões de reais dos consumidores de energia para os fios e让我们看看其他的段落。继续。

A competição tão almejada já está praticamente efetuada. A energia elétrica é uma das commodities mais fontes energéticas e, no regulamento de preços, os grupos fez o amago de meterem que é de competição através de parcerias entre os grandes grupos elétricos públicos ou do mercado. O que se viu foi que a Eletrobras não se adaptou à uma Eletrobras privada unida ao seu grupo, mas que perdeu muito poder de mercado com os desfechos perversos para uma compra de energia elétrica que só se realizou quando se fez o seu mercado livre.

O consumidor de energia elétrica é grande, o gerador de energia elétrica é processo. A MP criação de um sistema de energia elétrica como mecanismo de aumentar a geração de energia elétrica e causar uma desorganização de geração elétrica e aumentar as tarifas para o consumidor. Se a lei da força, o consumidor é imune ao que a Gerdau, Sennar, em breve poderá ser acusado de ter cometido o que me aconteceu?"

28/05/2021 03

5h00 · Atualiza

ado há 3 dias

Por Mauricio Tolmasquim e Nelson Hubner

28/05/2021 05h00 · Atualizado há 3 dias

Quanto valem os jabutis da privatização da Eletrobras?

Proposta aprovada na Câmara cria cotas, reservas de mercado e custos sem uma análise de seus impactos



Paulo Pedrosa

Presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres

O mercado apoiou um grande acordo que quase deu quórum constitucional à [Medida Provisória de capitalização da Eletrobras](#). O podcast de uma grande assessoria de investimentos expôs a resignação com o fato de que “o Brasil não é uma Suíça” e admitiu que os jabutis introduzidos no projeto valeriam a privatização.

A MP original do governo era boa. A mudança recente na presidência da empresa apontava para o melhor projeto possível, mas a proposta aprovada na Câmara embute uma minirreforma do setor elétrico que consagra as práticas que queimaram uma oportunidade do Brasil: a de ter uma energia barata e competitiva.

Marcos Lisboa

Presidente do Insper, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005) e doutor em economia.

SEGUIR +



CONGRESSO NACIONAL • SENADO

Festa do Santo Reis

Os muitos pedágios cobrados para privatizar a Eletrobras



O relatório sobre a medida provisória de privatização da Eletrobras torna irresistível resgatar a letra da música “A Festa do Santo Reis”, cantada por Tim Maia com seu ritmo inesquecível. “Eles chegam tocando sanfona e violão”, o que anuncia uma confraternização. A alegria, contudo, dura pouco. “Eles vão levando, levando o que pode. Se deixar com eles, levam até os bodes.”

A Eletrobras é uma empresa controlada pelo governo, o que significa que seus principais acionistas são os brasileiros. Estatais, porém, tendem a ser ineficientes e a cobrar caro pelos seus serviços. Privatizá-las pode ser uma boa ideia.

Reportagens

- Valor Econômico
- Folha de S. Paulo
- O Globo
- O Estado de S. Paulo
- Correio Braziliense
- O Povo

"Vamos passar oito horas discutindo investimentos no país, mas para tentar adiar uma discussão de discurso dos partidos e permitir para que os mais polêmicos por causa da obstrução", disse.

MP da Eletrobras reativa lobby por 'supergasodutos'

Daniel Rittner e Raphael Di Cunto
De Brasília

O lobby no Congresso Nacional para colocar usinas térmicas movidas a gás natural na base do sistema elétrico, independentemente do preço, foi reativado com força na tramitação da medida provisória que autoriza o governo a privatizar a Eletrobras.

Esse plano prevê a interiorização de gasodutos bilionários e a construção de térmicas chamadas de "inflexíveis" — que quase nunca desligam — em Estados onde hoje o consumo praticamente não chega. Os defensores da ideia alegam que é preciso reforçar a segurança energética local e usam o argumento no Amazonas, que em novembro passou 22 dias no escuro, como exemplo da necessidade de erguer novas usinas.

Para saírem do papel, no entanto, esses duts precisarão de pesados subsídios. Em várias ocasiões anteriores, como o projeto de lei de repactuação do risco hidrológico ou no novo marco legal do gás, parlamentares tentaram emplacar o plano.

Segundo diversas fontes da iniciativa privada e do próprio governo, um dos principais interessados é o empresário Carlos Suárez, que fundou a construtora OAS com outros dois sócios. Suas empresas já detêm autorizações — todas anteriores à antiga Lei do

Gás de 2009 — para quase cinco mil quilômetros de novos dutos.

A Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) tem defendido abertamente o impulso à ampliação das redes. Suárez também tem participação acionária em outras distribuidoras estaduais — entre elas a de Goiás, de Rondônia, de Brasília e do Maranhão — que poderiam se beneficiar com isso.

O deputado Elmar Nascimento (DEM-BA), relator da MP da Eletrobras, ressuscitou o assunto das térmicas inflexíveis em seu parecer preliminar. A importância dada ao tema por Elmar ficou clara na exposição informal que ele fez, na terça-feira, a líderes dos partidos da base do governo.

Na apresentação, o deputado dedicou três slides especificamente para defender o estímulo aos gasodutos e às térmicas movidas pelo combustível. Embora esse ponto não estivesse no texto original da MP, ganhou mais espaço na apresentação de Elmar do que qualquer outra mudança.

Antes mesmo de ter sido designado relator, no prazo regimental para emendas parlamentares à MP, ele já havia protocolado sugestão nessa linha. Desta vez, disse Elmar, os ministérios da Economia e de Minas e Energia concordaram com a iniciativa. Ele espera, assim, viabilizar a contratação de cerca de seis mil megawatts (MW) de ener-



Elmar: relator da MP defende estímulo a gasodutos, bancados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo que recai sobre consumidores

gia em térmicas inflexíveis a gás e frisa que isso se tornou fundamental para aliviar a escassez de gás nos reservatórios das hidrelétricas. "Hoje tem necessidade de contratar 12 mil MW para o país não entrar em racionamento se a economia crescer. Eu coloquei a substituição de seis mil MW das térmicas de óleo diesel, que são mais caras, pelas de gás", afirmou Elmar.

Pelo parecer, os gasodutos seriam bancados com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), encargo que recai sobre todos os consumidores e encarece as tarifas de energia.

Para alimentar a CDE, Elmar propôs usar o superávit financeiro

da usina binacional de Itaipu, que termina de pagar seus empréstimos em 2023. Depois disso, fica com mais da metade de suas atuais receitas livres para outras utilizações. Para os críticos, entretanto, engessar os recursos de Itaipu pelas próximas décadas é uma decisão estratégica demais para ser tomada por meio de uma emenda e sem discussões mais profundas.

No ano passado, o presidente Jair Bolsonaro vetou artigo incluído pelo Congresso em projeto de lei para criar o Brásduto, fundo que bancaria a construção de gassodutos com royalties do pré-sal.

Nos bastidores, fontes graduadas do governo afirmam que não

apóiam a proposta de Elmar. Não há nada contra a contratação de mais térmicas a gás, mas eles são desfavoráveis a gasodutos bilionários e altamente subsidiados cruzando o país para viabilizá-los.

A reclamação da indústria é mais eloquente. O presidente da Abrage (associação que reúne grandes consumidores industriais de energia), Paulo Pedrosa, diz que já houve dez tentativas de emplacar esse plano em medidas provisórias ou projetos de lei.

"Ninguém é contra as térmicas por si só. Se a térmica inflexível for na saída do gasoduto de escoamento, no litoral de São Paulo ou do Rio de Janeiro, ela pode até

mostrar-se viável. Mas por mérito, não por mágica", observa Pedrosa.

Para o presidente da consultoria PSR, Luiz Barroso, levar gasodutos até mercados de menor tamanho não faz sentido econômico, além de haver opções menos onerosas para garantir a segurança energética local, como fontes renováveis ou até mais linhas de transmissão.

"Térmicas a gás inflexíveis de fato enchem reservatório, da mesma forma que usinas a biomassa de cana, eólicas e solares. O sistema tem um preço máximo que topa pagar por essa inflexibilidade, das alternativas, e esse deve ser o cerne da discussão, sob o risco de pressionar tarifas já nas nuvens."

Indústria se mobiliza para tirar
‘jabutis’ de MP da Eletrobras

Críticos dizem que texto é 'desequilibrado' e aumentará conta de luz

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Associações ligadas à indústria e a investidores do setor elétrico iniciaram uma mobilização para tentar reverter no Senado a inclusão de "jabutis" na medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras, aprovada na Câmara na última quinta (20). Eles defendem que as mudanças feitas no texto resultarão em maior pressão sobre a conta de luz e prejudicam grandes consumidores, como os estados e o setor industrial. As alterações zetas pelo relator da matéria, o deputado Elmer Moreira (DEM-PA).

mais Nascimento (DEM-BA), presidente da Alerj, considera que a eleição deve ser adiada para que haja mais êmpatos na resistência de partidos de oposição. Há quem acredite que o governo não Bolsonaro encareça os parlamentares com um MP para a reforma da Previdência.

Os críticos do texto exigem que o relatório do projeto seja modificado para que o mercado para a verificação e compra de certas bens/eletroeletrônicos que podem trazer custo maior ao governo, seja feita por uma competição em leilões para a contratação de energia elétrica. O governo, no entanto, divide suas ligações à indústria e acredita que a reforma é necessária "como daras a sociedade".

Em outro frente, o Pase (Poder de Administração da Energia Elétrica), que compreende 26 estados, diz que o projeto é "desastroso".

Nascimento determinou a contratação de 6 gigawatts de energia solar no Nordeste, Norte, Noroeste e Centro-Oeste, e de outros 20 gigawatts de gás natural e hidrelétricas, reservando até 40% da demanda futura para a geração a essa fonte.

O governo, por sua vez, argumenta que a estratégia de termos longos da energia elétrica é a única forma de incentivar investimentos que elevam custos e o transporte do combustível, que é caro e deve ser importado por longas distâncias.

10

**Pontos da M
da Eletrobr**

Térmicas - Exige a contratação de térmica a gás natural, pequenas centrais hidrelétricas e proíbe o Proinfa (Programa de incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica).
Ações remanescentes - Os funcionários poderão comprar ações remanescentes da Uni-

ria da produção de petróleo e das centrais hidrelétricas, dem que a disputa entre as diferentes fontes nos resultados levados pelo governo para baixar os preços de consumo de energia nova.

"Reserva de mercadorias para diminuir a competição, encarecer a tarifa para consumidor e os custos para o fornecedor de energia elétrica", diz o presidente da Fase, Mario Meneguelli.

"Essas mudanças dificultam uma forma geral de aplicação dos princípios de livre concorrência de mercado e aumentos de custos geram impactos ambientais, caso das termelétricas,

da Absolar (Associação Brasileira de Economia Solidária).

sistema de Energia Solar Fotovoltaica), Rodrigo Saura. Saura diz que outra pauta, a renovação de contratos de geração constitutados pelo Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) que já estão em operação e não amortizados, também prejudica a concorrência no setor.

As associações reclamam ainda da proposta de distribuir parte da receita com a venda das ações da estatal só com os consumidores do chamado mercado cative, aqui-

comunitária, que é o que elas são clientes de distribuidoras de eletricidade. O presidente da Abresc (Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica), Pedroso, diz que "não queremos fazer uma 'manutenção' da setor elétrico, passando por cima de eletricistas, responsável pelo planejamento, construção e operação das usinas hidrelétricas e do MME (Ministério de Minas e Energia). O setor ainda teme calcular os efeitos na conta de luz. Se, por um lado, parte da gente será beneficiada, por alívio no custo da energia que geram, os custos das térmicas a gás longe da costa e da menor competição nos leilões

Privatização ficou com preço alto na forma como foi aprovada na Câmara

OPINIÀ

Paulo Pedrosa
Presidente da Associação Brasileira dos
Grandes Consumidores Industriais de
Envelopes e de Consumíveis Líquidos

O mercado apoiou um grande acordo que quase deu quórum constitucional à MP de capitalização da Eletrobras. O podcast de uma grande assessoria de investimentos expôs a reação como o fato de que "o Brasil não é uma Suíça" e admitiu que os "julgados" introduzidos no projeto valeriam a privatização.

mararam uma oportunidade do Brasil: a de ter uma energia ha-

O projeto cria cotas, reservas e diretrizes que contam com uma análise de custos operacionais. O objetivo é permitir a construção de grandes gasolinás e estâncias distantes e, depois, linhas de transmissão que irão trazer a energia para o centro de consumo. Faz o controle da produção de gás natural, de combustíveis avançados, que verificaria a preços máximos obtidos no mercado competitivo. Define quantidade, origem e localização da expansão da energia, bem como do planejamento e da competição.

ção dos benefícios localizados que ela trará, sem considerar os custos diluídos para a sociedade. Essa é um modelo que dá o sinal de que se repetirá também no projeto de Cerafim (Bresser, 2012a, 2012b), que aumentaria em 35% as contas dos brasileiros.

As dificuldades do Brasil hoje se explicam perfeitamente por esse tipo de pensamento, que prioriza os benefícios e não leva em conta os custos. O risco é que o mercado trabalhou contra o futuro para ter o ganho imediato. Com isso, desvalorizou a principal ação na carteira de todas as empresas, que é a águia do Brasil.

A proposta aprovada na Cá-

os resultados no setor, por exemplo, impactos econômicos e gastos nos geradores de águas atuais que servem os países da América.

Com grande salvo de energias térmicas ineficientes e mágica e não nuclear. As reservas de manganês reduzem o efeito restringitivo da expansão do volume de fones de ouvido, e usurparam as empresas que se preparam para a competição. E, para neutralizar os efeitos aos corredores de energia da Eletronorte, os investidores validaram o modelo em que os resultados da privatização não se somam à produção nacional, prioritariamente controlada no mercado livre, sujeitos a modicidade de impostos e controles regulatórios.

Com grande velocidade e eficiência, consolidou quase uma indústria em ritmo de crescimento, aumentando sua participação no mercado e retirando a concorrência. Indiretamente, também a renda social e sólida que um governo pode obter, nas tarifas e na política pública, é sempre tratada como um imposto, competindo com as produções que vêm exportando.

É curioso ver se os países que vêm avançando com suas banderias da sustentabilidade e do ESG possuem conscientemente a sustentabilidade ou se, de forma indiretamente, estão usando as instituições e o aumento das tarifas para fazerem com que

E hora de mudar
lidade e espirito
quinto mais impor-
tante é privatizar o
melhorar o ambi-
tico, politico e
firma com que e-
o preco da pri-
mo muito alto.
Este é o cenário
que se afasta d
mento de suas in-
compromisso com
ferencia e a compa-
hora de trabalho
m ceder à tenta-
do e do curto prazo.
Vamos todos ap-
ginal e fazer a
jeito certo. Ais
mos uma Suíça
ente caminhar

TER, Miriam Leitão, QUA, Débora Lobo, QUA, Miriam Leitão, SÁB, Ruyter Reymond (sucessor), Fabio Gontijo (sucessor), SÁB, Carlos Góes (sucessor), Claudio Ferreira (sucessor), Wilsinho Prado (sucessor), DOM, Miriam Leitão

PANORAMA ECONÔMICO



Setor elétrico em novo curto-círcuito

O setor elétrico passa por um novo período de curto-círcito, com muitas más notícias que devem pressionar as tarifas de energia no ano que vem. Os passivos vêm acumulando na conta de luz, o nível de água dos reservatórios é criticamente baixo, e o parecer do deputado Elmar Nascimento sobre a privatização da Eletrobras foi tão mal recebido que especialistas passaram a defender que é melhor deixar a empresa como está do que aprovar o seu texto. O ministro da Economia, Paulo Guedes, sumiu das discussões, e o ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, não tem demonstrado força e disposição para barrar as demandas que o centrão tem sobre as muitas estatais do setor.

A explicação de um técnico do setor elétrico é a de que o país ainda nem pagou a conta da pandemia do ano passado — quando houve adiamento nos reajustes de energia — e já começou a acumular novos passivos este ano. O nível baixo dos reservatórios levou o governo a achar as termelétricas mais caras e, pelos cálculos da Associação dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), somente de janeiro a abril os consumidores terão uma conta de R\$ 5,4 bilhões a pagar. No mercado, há estimativas de que esse número possa chegar a R\$ 30 bilhões até dezembro. Do ano passado, o país herdou um buraco de R\$ 10 bi, e duas MPs aprovadas em 2021 acrescentaram mais R\$ 2 bilhões soba forma de encargos.

— Esse era o quadro até o parecer do deputado Elmar Nascimento, que incluiu no texto uma série de jabutis, ou seja, projetos que nada têm a ver com a privatização da Eletrobras. Eles aumentam custos para o consumidor final e levam o setor elétrico novamente ao passado — disse o presidente da Abrace, Paulo Pedrosa.

Nascimento incorporou 70 emendas apresentadas à MP da privatização da empresa, diminuindo ativos da companhia e aumentando verbas para destinação política. A Codevasf, estatal de fomento da bacia do Rio São Francisco, foi uma das beneficiadas. Ela tem sido usada por aliados do governo no recebimento de recursos do chamado orçamento secreto.

PROJEÇÕES DE MERCADO

Pesquisa Focus, variação nas últimas 4 semanas

	2021	2022
PIB	3,04% para 3,45%	2,33% para 2,38%
IPCA	4,89% para 5,15%	3,55% para 3,64%
Selic	5,25% para 5,5%	6% para 6,5%

Fonte: Banco Central

Editoria de Arte

MAIS PIB, JUROS E INFLAÇÃO

O mercado financeiro tem aumentado as projeções do PIB nas últimas semanas, depois da avaliação de que o choque da segunda onda da pandemia foi menos intenso do que o esperado. O grande problema é que isso ocorreu, entre outros motivos, porque o isolamento social foi menor do que o recomendável, o que agravou o número de mortes. Além disso, como mostra a tabela ao lado, as revisões no PIB vieram acompanhadas de aumento de inflação e de juros. Por isso, as expectativas para o ano que vem continuam sendo de crescimento baixo.

RASTROS DE EX-MINISTROS

O depoimento do ex-chanceler Ernesto Araújo, hoje, abrirá uma semana que promete ser quente na CPI da pandemia. Ontem, já foi pedida a quebra dos sigilos telefônico, fiscal e de e-mails de Aratão, e senadores da oposição vêm montando estratégia para que o silêncio do ex-ministro Eduardo Pazuello, no depoimento de amanhã, sirva de caminho para novas investigações. "A ideia é que as perguntas deixem o mais claro possível quais são os pontos que ele pretende esconder", explicou o senador Alessandro Vieira, ex-delegado da Polícia Civil.

Miriam Leitão está de férias.

Economia vê risco de energia mais cara

Com pouca chuva e níveis baixos dos reservatórios, ministério admite que preço da eletricidade pode subir e puxar a inflação para cima

Lorena Rodrigues
Eduardo Rodrigues / BRASÍLIA

Com os reservatórios de usinas hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste em baixa, o aumento do custo de energia e o potencial risco de inflação entraram no radar da equipe econômica. Ontem, o secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, disse que o risco hidrológico pode afetar tanto os preços como a recuperação da economia em

2021. "Hoje estamos na bandeira vermelha 1 (nas contas de luz). Se ele insistir e piorar, podemos ir para a bandeira vermelha 2. Então há um risco na inflação", afirmou.

Sachsida lembrou que o País corre esse risco hidrológico apesar de dez anos de crescimento baixo da economia. "Isso mostra que temos um problema não apenas conjuntural, de chuvas, mas que temos um problema estrutural também. Isso reforça a importância do processo de concessões e priva-



Cenário. Temos um problema estrutural, diz Sachsida

tizações, e de marcos legais mais eficientes", completou.

O governo divulgou novas projeções para a economia e a inflação neste e nos próximos anos. Em relação à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconómicos da pasta, a estimativa para a alta de preços neste ano passou de 4,42% para 5,05%. Para 2022, a projeção permaneceu em 3,50%.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central estimaram que o IPCA deve acumular alta de 5,15% em 2021 e de 3,64% em 2022.

O Ministério da Economia revisou também para cima sua previsão para a atividade econômica e espera agora uma alta de 3,50% no Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, de 3,20% estimado no Boletim Macrofiscal de março.

Para 2022, a estimativa é alta no PIB permaneceu em 2,50%. O ministério manteve ainda as projeções de crescimento da economia de 2023, 2024 e 2025 – todas também em 2,50%. "Essa é uma projeção conservadora. Vários analistas de mercado estão projetando crescimento acima de 4,0% para o PIB deste ano. A nossa estimativa é conservadora, mas reflete o bom momento que estamos vivendo no lado econômico", afirmou Sachsida.

O secretário especial da Fazenda do Ministério da Economia, Bruno Funchal, afirmou que a nova projeção da pasta para a evolução do PIB reflete

os novos dados da atividade econômica. "Dados importantes foram divulgados pela Receita Federal, com reflexo no resultado do Governo Central. No mês passado mostramos um superávit primário no prêmio de inflação, resultado de uma retomada da economia, com mais receita. Os primeiros quatro meses de arrecadação dos Estados mostram um crescimento de mais de 15%, alguns Estados com alta de mais de 30% (no recolhimento) de ICMS", destacou.

Meta. Todas as projeções para a inflação em 2021 estão bem acima do centro da meta deste ano, de 3,75%, que tem uma margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (índice de 2,25% a 5,25%). No caso de 2022, a meta é de 3,50%, com margem de 1,5 ponto (3,00% a 5,00%).

O Ministério da Economia também atualizou a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – utilizado para a correção do salário mínimo. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconómicos da pasta, a estimativa para a alta do indicador neste ano passou de 4,27% para 5,05%.

Já a estimativa da Economia para a alta do IGP-DI em 2021 deu um salto de 5,06% para 5,21%. Para o próximo ano, a projeção passou de 3,57% para 4,26%.

O subsecretário de Política Macroeconómica do Ministério da Economia, Fausto Vieira, explicou que, no caso específico do IGP-DI, pesou o preço das commodities.

ESTADÃO



Lorena Rodrigues e Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

18 de maio de 2021 | 09h53

Atualizado 18 de maio de 2021 | 13h47



CONJUNTURA / Para analistas, mudanças propostas pelo deputado Elmar Nascimento à MP que permite a privatização da estatal afugentam investidores e pode acarretar aumento nos preços da energia. Texto será votado hoje no plenário da Câmara

Eletrobras: parecer polêmico

• 第二部分：操作方法

Prosecuado o anúncio na Clínica pelo coliseu, da portaria Elton Nascimento (MDR-RR), e parar sobre a Medida Provisória nº 1031/21, que trata da privatização da Eletrobras, devem ser votado hoje pelo plenário da Casa. Na análise de especialistas consultados pelo Congresso, a medida continua ruim e deve ser agravada por inobservâncias, além de encarecer a conta de

larem de 45% a 55%.
“Do jeito que está, é melhor não privatizar. O setor tem apóios em congressistas, de fato geral, que vão gerar um estorvo constante para a iniciativa”, disse o economista Claudio Pizzati, especialista em infraestrutura e presidente da Instituto Comunidade. “O setor não é irreversível à privatização”, pontuou o presidente da Associação das Grandes Consumidoras de Infraestrutura de Energia e de Comunidades Livres (Abrec), Paula Pedrosa.

Próximas edificações da presidente da Abinca, por conta da MTE, a conta de lhe prestarão fios metálicos para uso, painéis e consumáveis industrializados, e até 15%, para os grandes produtores de energia. "Só em cláusula, os produtos que consumidores irão usar na processos de fabricação vão ficar mais caros, como vidro, ferro, corrente elétrica, óleo e gás", explica. "O projeto é modernizar o setor, ao passado de ser setor eletrônico, insuficiente ou custo da produção alto para os consumidores pagar", defende Pedroso.

Proceda. o Ministério da Fazenda caiu em cima a mesma. No fim do semestre, Macri tem de fazer uma reunião

é o preenchimento que prevê a inclusão de ações negativas no portfólio, o que contribuirá para que seja de quase 2% o preço das ações da estatal, ontem. Investidores elogiaram vários "jubilos" na preparação, em sete, censos que lhejam

Ante la aprobación oficial del relatório, as agências haveriam de 2,2% e 2,0% respectivamente. O autorista nega que a proposta só aumentaria o custo da energia. Ele afirma que a conta de energia só está cara porque temos direito a um consumo excessivo e a variação das tarifas. Ele explica que a energia é caro devido à contratação das termeluzes e da dívida, cada energia é cerca de 10% mais cara que a energia produzida por usinas a gás.

Um dos pontos criticados é que obriga a Eletrobras a construir anualmente entre 6,9 mil e 7 mil MW (MM) de hidrelétricas a gás e 2,000 MW de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). O autorista argumenta que não é necessário construir tanto, mas que a Eletrobras só pode gerar energia se houver uma demanda, já que gerações como as PCHs, a MP de hidrelétrica ou energia solar para a geração de energia renovável para a geração de infraestrutura, o que geraria lucro para a Eletrobras.

"Valeu a todos lá lá lá, que havia caído a lei de gás, para a constituição de gabinete e uso obrigatório das PCGs", lamentou a economista e advogada Eliana Landau. "O consumidor vai pagar a conta dessa obrigatoriedade que não permitirá a concorrência, por exemplo, da energia solar, que custa, em média, um terço das

O Ministério da Economia elevou de 3,2% para 3,3% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2021, devido ao "bom resultado da atividade econômica no primeiro trimestre do ano, encerrado dia 31 de março". O governo também aumentou das projeções de desemprego e a despesa com o auxílio emergencial. O desemprego, por sua vez, ficou acima das previsões de inflação.

nas projeções para o PIB são maiores desse novo dualismo de nossa atividade", afirmou o secretário especial da Fazenda, Bruno Funchal, na apresentação dos dados do relatório.

consolidação fiscal e as reformas pre-existentes, todos em consonância com a continuidade e um crescimento sustentável que dão a parte a empresas, renda e investimento de bem-estar da participação brasileira".

feira e "bom momento-momento". A essa percepção é considerado, temos vários analistas de mercado pensando crescimento anual de 4,5%, disse.



Agentes querem criação da Polícia Rural

Agentes Federais de execução penal se mostraram engajados nessa tarefa pela regularização da Política Penal Federal. A categoria veio a ser os predecesores do Conselho Estadual Onzeiros, em Goiás, visto que o Conselho Estadual dos Ministradores. Daí pode-se dizer que é aí que surgiu a primeira chamada de agentes federais de execução penal — quando se fala no seu reconhecimento na Constituição, art. 5º, IV, B, da EC/1988, que citava a Política Penal nos estados, na União e no Distrito Federal. E só depois é que surgiram as chamadas agências profissionais para melhorar o desempenho de suas funções, já que aquela entidade não constituiu a CPE.

Para governo, economia cresce 3,5%

O Ministério da Economia elevou de 3,2% para 3,3% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2021, devido ao "bom resultado da atividade econômica no primeiro trimestre da zona, mesmo diante do aumento das regras legais de distanciamento e o desgelo do Rio do Sul/rio-riograndense". O desgelo, por sua vez, piorou as perspectivas de inflação.

nas projeções para o PIB são inacessíveis desses novos dados é uma atividade", afirmou o secretário especial da Fazenda, Bruno Funchal, na apresentação dos dados do relatório.

consolidação fiscal e as reformas pre-mencionadas, todos em consonância com a campanha para um crescimento sustentável que daria a parte a seu prego, rendimento sólido e bem-estar da população brasileira".

feira o "bom momento econômico". Alessia projeta é conservadora. Temos vários analistas de mercado pensando crescimento acima de 4%, disse.

Os técnicos da pasta mantêm a previsão de alta de 2,5% para o PIB de 2022 a 2025. Há o risco de inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano passado de 4,42%, ou refutando de excesso, para 3,89%, mesmo com

Texto aprovado pela Câmara impõe golpe ao desenvolvimento das energias renováveis

| ELETROBRAS | A privatização da estatal tramitava abaixo do radar até que o texto do relator foi apresentado com medidas que beneficiam a produção de energia por termelétricas, inclusive no Nordeste, região com maior potencial para gerar energia limpa

SAMUEL PIMENTEL
samuel.pimentel@opovo.com.br

Centrada de muita pressa, a discussão da Medida Provisória (MP) de privatização da Eletrobras que avança no Congresso pode significar não só a ausência de participação privada na companhia, mas mudanças no setor energético brasileiro. O projeto prioritário é a folha de compromissos com a revitalização da matriz energética brasileira para que haja mais eficiência e honestas. Segundo analistas ouvidos pelo OPOVO, há um risco de que a medida em tramitação possa encarecer a tarifa de energia. O texto da MP foi aprovado na semana passada pelos deputados. Deputados e senadores, ag. teve definido o seu relatório para o Senado. O governo Marcos Rogério (DEM).

A expectativa do Governo é que a proposta, uma das prioridades da agenda econômica de Paulo Guedes na numerosa lista de privatizações, seja aprovada com as maiores modificações e com inclusão de novas "jabutis". O projeto da política se refere aos setores que não são abrangidos no projeto, segundo o entendimento dos parlamentares, como os exemplos que podem gerar impactos grandes e por longo



A CEP é autossuficiente em produção de energia elétrica, por meio de sua termelétrica a gás



NORDESTE

O Consórcio Nordeste divulgou nota contrária à aprovação da privatização da Eletrobras. "O Brasil enfrenta uma grave crise econômica e social, em que o aumento da pobreza e do desemprego caminham junto com a inflação, que está corroendo o poder de compra das famílias. Ressalte-se que a energia elétrica representa aproximadamente 40% dos custos industriais, ou seja, um aumento deve refletir sobre toda a cadeia produtiva."

Análise do mercado.

Proposta aprovada gera críticas pela quantidade de "jabutis"

A MP de privatização da Eletrobras aprovada na Câmara promove mudanças que vão além do mérito inicial proposto pelo Governo quando entregou a proposta ao Legislativo ainda em fevereiro. A inclusão de "jabutis" faz com que seja realizada uma minireforma do setor elétrico nacional.

Ilan Arbetman, analista de research da Ativa Investimentos, observa que o projeto é complexo por natureza, em tramitação há bastante tempo, mas que foi acelerada a tramitação como forma do Governo reaver a confiança do mercado após a interferência no comando da outra estatal, a Petrobras.

A estatal de energia representa 30% da capacidade de geração e 50% das linhas de transmissão do Brasil, destaca o analista ao lembrar que, mesmo sendo dona desse grande aporte, a companhia vinha perdendo mercado por falta de competitividade, o que aliado às interferências políticas, acabava impactando no valor da energia paga. No entanto, Arbetman entende que o texto não é o ideal

e precisaria de mais discussão com os setores interessados.

"É claro que essa companhia precisa de processos mais bem direcionados para melhorar. A capitalização foi positiva, mas vemos com certa distância a forma pela qual o projeto está sendo passado, especialmente alguns pontos em que membros do setor já fizeram contas de forma mais clara e a exigência de comprar energia térmica, oneraria o consumidor", afirma o analista.

Ele ainda espera que o texto seja revisado no Senado e os "jabutis" retirados a tempo de nova revisão na Câmara. O grande problema nesse cenário é o prazo, já que a MP expira no próximo dia 22 de junho.

Para o membro do Conselho Regional de Economia do Ceará (Corecon-CE), Wandemberg Almeida, o movimento apressado da MP é preocupante por ser um setor chave para a economia. Ele critica que a proposta poderia priorizar mais ações na mudança de matriz energética para fontes mais limpas, ao invés de termos essas concessões para as que são mais poluidoras.

Eletrobras: governo tenta mudar relatório

Diante da avaliação de que proposta inviabiliza privatização da estatal, integrantes do Executivo se reúnem com deputado Elmar Nascimento para buscar alterações no texto. Parlamentar recua da ideia de deixar R\$ 5,8 bilhões sob gestão da Codevasf

MARCEL VENTURA
Foto: Agência O Globo

Depois de o relatório da medida provisória (MP) que trata da privatização da Eletrobras, apresentado pelo deputado federal Elmar Nascimento (DEM-BA), desagradar ao governo, integrantes do ministério da Economia e da Secretaria de Energia da Casa Civil tiveram reuniões com o parlamentar na terça-feira e ontem. A ideia é fazer com que ele mude seu texto, que, na opinião de técnicos do governo, inviabiliza a privatização.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, também deve conversar mais amanhã com o deputado. O governo tem dito a Nascimento que mudanças feitas na proposta podem impedir a operação de venda da estatal. Integrante do Executivo afirmaram neste sábado, quando Maia foi apresentado, não adianta sequer aprovar a proposta.

Nascimento disse ao GLOBO que as conversas com o governo "avançaram bastante", mas que o texto precisa ter apoio dos líderes.

O relatório não é neutro: ele propõe que o governo, a maioria dos líderes da base aliada ao governo. O que for bancado pelos líderes, vou colocar no relatório — disse, negando que as mudanças impeçam a operação: — Todos os pontos que

representem algum empecilho serão retirados.

Apesar do tom amistoso, o governo diz internamente que o relatório foi "construído" de forma que é necessário fazer mudanças no texto. Ainda não há o texto oficial que será votado. A expectativa do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é votar a MP na próxima terça-feira, dia 14, e que o projeto seja finalizado até o dia 22 de outubro na Câmara e no Senado para não perder a validade.

APOIO DA MAIORIA

Alguns pontos do relatório chamaram a atenção do governo, como uma permissão que o relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) intervir no mercado e a possibilidade de criar, em lei, uma dívida de R\$ 80 bilhões para a estatal. Nascimento disse que vai analisar as sugestões enviadas pelo governo antes de tomar uma decisão. Segundo Maia, foi apresentado, não adianta sequer aprovar a proposta.

Um dos idealizadores do modelo da privatização da Eletrobras, durante a gestão Michel Temer, o engenheiro Paulo Pedrosa avalia que



Linha de transmissão. Relatório prevê que Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) poderá intervir no mercado

“o parecer do relator repete o que fez do Brasil o país da energia barata e da conta cara. Cria reserva de mercado e compras compulsórias, contra o que o setor deve ser, livre e com competição”

Paulo Pedrosa,
presidente da Abrace

— Do jeito que está o relatório, é melhor não aprovar a MP. É melhor ensagrar a Eletrobras e fazer dela uma empresa pagadora de dividendos, sem a necessidade de aumentar o capital social — A indústria entende que o importante é avançar na modernização do setor elétrico. Em vez de apontar no rumo certo, o relatório está apontando no反zaro, que retira competitividade, investimentos e empregos.

Pedrosa destaca também que o relatório prevê a contratação de usinas termelétricas em locais específicos, o que obriga o consumidor a pagar pelo custo de gásoduto — que, para ele, precisam

tor diz que está fazendo o que já estava previsto no planejamento energético do governo e que há demanda de deputados para isso.

AÇÕES TÊM QUEDA

O deputado porém recua de uma mudança que poderia fortalecer uma estatal feudo do Centrais. Seriam destinados R\$ 3,5 bilhões por uma dezena de anos à transição da Dacia do Rio São Francisco e do Paraitinga. E mais R\$ 2,3 bilhões por dez anos para os reservatórios de Furnas (a maior parte em Minas Gerais). No total, seriam R\$ 5,8 bilhões.

O relator propôs inicialmente que esse dinheiro fosse gerido pelo secretaria do Conselho de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraitinga (Codevasf). Agora, o recurso ficará sob responsabilidade do comitê criado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

— Por favor, se eu quiser tirar de sua mão, eu estou retrocedendo a essa posição e colocando o comitê sob supervisão do MDR — disse Nascimento.

As mudanças nas regras que levaram o governo a prever dificuldades para a venda da estatal foram feitas para atrair o mercado financeiro. Outros papéis ordinários da Eletrobras (ELET3, com direito a voto) encerraram com queda de 4,62% e os preferenciais (ELET6, sem direito a voto), de 3,77%.



Privatização da Eletrobras e impactos em SC

O avanço do projeto de privatização da Eletrobras na Câmara dos Deputados causou uma série de apreensões, inclusive no setor privado, sempre favorável à redução da presença estatal na economia. Em Santa Catarina, estado que conta com forte presença da Eletrosul, sediada em Florianópolis, os alertas e críticas vieram de diversos lados.

Dante da projeção da Associação dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abraç), de que os preços das tarifas podem subir de 10% a 20%, o presidente da Federação das Indústrias do Estado (Fiesc), Mário Cezar Aguiar, disse que a sociedade não suporta mais alta no custo da energia. A expectativa é de que o projeto seja alterado e seja encontrada solução sem alta de tarifas.

O coordenador do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia da Grande Florianópolis, Mário Jorge Maia, a cidade e o Estado perdem se for privatizada a empresa. Segundo ele, a CGT Eletrosul - novo nome desde a fusão com empresa de energia térmica do RS - tem 1,1 mil servidores na Capital, que terão que ser deslocados para outras empresas.

Ex-funcionário da Eletrosul e presidente do Instituto Ideal de Energias Alternativas, Mauro Passos diz ser contra a privatização nesse período da pandemia. Ele vê risco de aumento na conta de luz e insegurança na expansão da geração de energia limpa no Brasil. O plano do governo federal é lançar mais ações e tornar a Eletrobras uma corporation, mas isso ainda vai exigir discussão. O Sinergia busca apoio para derrubar o projeto na Justiça.



**UNIÃO
PELA
ENERGIA**

CAPITALIZAÇÃO DA ELETROBRAS

COMO O SENADO PODE MELHORAR A MP 1031

- A MP 1031/21 do governo, apresentada em fevereiro, fortalecia a Eletrobras e garantia sustentabilidade e competição no setor de energia.
- O texto original aponta para o futuro, está alinhado com a modernização do setor de energia e da economia brasileira.
- Porém, o texto aprovado na Câmara reduz a competição e a transparência ao criar reserva de mercado e subsídios cruzados.
- Mais da metade da tarifa de energia dos brasileiros são impostos, subsídios e encargos. O texto original aliviava essa distorção.
- Se aprovada como está, a MP da Eletrobras pode encarecer a conta de luz dos brasileiros e piorar a situação de indústrias e comércios que dependem da energia para produzir e gerar riqueza.
- Os aportes da Eletrobras na Conta de Desenvolvimento Energético podem aliviar o impacto para os consumidores e para a produção nacional. O aumento da energia pode encarecer produtos industrializados, aumentar o custo da cesta básica e reduzir o poder de compra dos brasileiros.
- A maior crise hídrica que o Brasil vive nos últimos 91 anos já vai pressionar as tarifas de energia em 2022. A privatização da Eletrobras pode aliviar essa pressão na conta de luz, se feita da maneira correta.

As associações do setor elétrico calcularam que a MP vai custar R\$ 41 bilhões em valor presente aos consumidores. E sobre isso são mais R\$ 16 bilhões em impostos. Contando os R\$ 10 bilhões para políticas públicas, o custo final é o equivalente ao valor de mercado da Eletrobras e 3 vezes o valor que o governo espera arrecadar com a operação.

Saiba quais os “jabutis” da MP da Eletrobras impactam fortemente os consumidores de energia:

- 1** Contratação obrigatória de 6.000 MW de termelétricas regionais, com preço teto elevado e baixa competição. O custo pode ser de R\$ 20 bilhões por ano e será pago pelos consumidores de energia.

- 2** Os recursos da descotização das usinas será usado na Conta de Desenvolvimento Energético apenas para o mercado cativo, aumentando as distorções e tirando a competitividade da indústria, que já pagou caro por essa energia.

- 3** Cria inseguranças jurídicas e prejudica empresas que se preparam para investir e atuar no mercado. A prorrogação das usinas do PROINFA renova a obrigação dos consumidores pagarem pela recontratação compulsória de uma energia mais cara e sem competição com outras fontes.

- 4** Atropela o Planejamento Energético do governo, criando reserva de Mercado para Pequenas Centrais Hidrelétricas e diminuindo a competição, que pode gerar energia mais barata para os consumidores. Essa obrigação tira espaço de outras fontes mais competitivas e renováveis, como na Região Nordeste.



**UNIÃO
PELA
ENERGIA**

Como os jabutis da Eletrobras podem afetar o bolso dos brasileiros:



Conta de luz

Aumento médio de 10% na tarifa do consumidor residencial.



Inflação

Custo de R\$ 20 bilhões por ano na tarifa de energia elétrica.



Empreendedores

A conta de energia de restaurantes, bares, shoppings e supermercados e vários pequenos comércios pode ter alta de até 20%.



Na cesta básica

A energia já é o segundo item de maior custo no orçamento de uma residência brasileira. E não dá para viver sem. Além disso, grande parte da energia está embutida nos preços de produtos do dia a dia:

34% do custo da carne é energia. O brasileiro gasta em média R\$ 823 por ano com carne. Vai passar a gastar a mais R\$ 56.

48% do custo do leite é energia. O brasileiro consome, em média, R\$ 272 em leite anualmente. Vai dispensar a mais por ano R\$ 27.

28% do custo da cerveja vem da energia. O gasto médio anual do brasileiro com cerveja é de R\$ 682. Vai gastar a mais por ano R\$ 39.

O SENADO tem a chance de retirar os “Jabutis” da MP e aprovar uma boa privatização da Eletrobrás, para o bem do Brasil.

Manifesto do setor produtivo por uma capitalização da Eletrobras equilibrada

Como lideranças da indústria nacional, entendemos essencial a modernização da economia brasileira e a aprovação das reformas que reduzam o “Custo Brasil” e permitam o nosso desenvolvimento, dando competitividade à economia, gerando empregos, investimentos e renda para que os governos possam conduzir os necessários programas sociais no contexto pós-pandemia.

Por isso, nos dirigimos às lideranças políticas do país para pedir atenção à Medida Provisória de Capitalização da Eletrobras (MP 1031/21), em apreciação no Congresso.

É fundamental que essa Medida contribua para reverter a tendência de aumento do custo da energia no país e aponte para aprovação do Projeto de Modernização do Setor de Energia Elétrica (PL 414/21), também em tramitação na Câmara dos Deputados.

O setor de energia elétrica precisa transformar a enorme vantagem e vocação do Brasil pelas energias renováveis e as novas tendências tecnológicas em um ambiente moderno e de prosperidade, por meio da competição, da transparência e do poder de escolha dos consumidores, alocando corretamente os riscos, custos e benefícios.

Assim, somos contra a inserção de dispositivos que encareçam a energia no Brasil, seja pela obrigatoriedade de compra, pela inserção de subsídios a segmentos do setor elétrico, seja pela distribuição desigual dos benefícios entre todos os consumidores.

No nosso entendimento, as alterações tornam o projeto desequilibrado. Nessas condições, é melhor reavaliar a capitalização da Eletrobras e pensar em alternativas menos danosas à sociedade.

ABAL – Associação Brasileira do Alumínio
ABCP – Associação Brasileira de Cimento Portland
ABFA – Associação Brasileira da Indústria de Ferramentas em Geral, Usinagem, Artefatos de Ferro e Metais e Abrasivos
ABICALÇADOS – Associação Brasileira das Indústrias de Calcados
ABICLOR – Associação Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivados
ABIFA – Associação Brasileira de Fundição
ABIFINA – Associação Brasileira da Indústria de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
ABIHPEC – Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.
ABIMAPI – Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados
ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ABIMETAL – Associação Brasileira da Indústria Processadora de Aço
ABIMO – Associação Brasileira Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios
ABINEE – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
ABIOPTICA – Associação Brasileira da Indústria Óptica
ABIPLAST – Associação Brasileira da Indústria do Plástico
ABIQUIM – Associação Brasileira da Indústria Química
ABIROCHAS – Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais
ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
ABIVIDRO – Associação Brasileira das Indústrias de Vidro
ABRACE – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres
ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
AEB – Associação de Comércio Exterior do Brasil
ANACE – Associação Nacional dos Consumidores de Energia
ANFACER – Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos
ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANICER – Associação Nacional da Indústria Cerâmica
ASPACER – Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento
CERVBRASIL – Associação Brasileira da Indústria da Cerveja
CICB – Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil
ELETROS – Associação Nacional de Produtos Eletroeletrônicos
FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores
IBRAC – Instituto Brasileiro da Cachaça
IBRAM - Mineração do Brasil
Instituto Aço Brasil
Grupo FarmaBrasil
SINPRIFERT – Sindicato nacional da indústria de matérias-primas para fertilizantes
SNIC – Sindicato Nacional da Indústria do Cimento



Manifesto do Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE) – MP 1031/2021

O Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE), organização que congrega 26 associações setoriais, nesta manifestação representando a ABDAN, ABEEólica, ABEMI, ABIAPE, ABRACE, ABRACEEL, ABRADEE, ABRAGE, ABSOLAR, ANACE E APINE entende ser essencial a modernização da economia brasileira e a aprovação das reformas que reduzam o “Custo Brasil”, dando competitividade à economia, gerando empregos, investimentos e renda, possibilitando a retomada do nosso desenvolvimento e permitindo que os governos possam conduzir os necessários programas sociais no contexto pós-pandemia.

Nesse contexto, nos dirigimos às lideranças políticas do país **para pedir atenção à Medida Provisória nº 1031/2021**, em apreciação no Congresso. É fundamental que essa Medida, junto com seu objetivo de possibilitar a capitalização da Eletrobras, contribua para reverter a tendência de aumento do custo da energia no país e aponte para a modernização do setor elétrico brasileiro.

O setor de energia elétrica precisa transformar a enorme vantagem e vocação do Brasil pelas energias limpas e as novas tendências tecnológicas em um ambiente moderno e de prosperidade, por meio da competição, da transparência e do poder de escolha dos consumidores, alocando corretamente os riscos, custos e benefícios.

Desta forma, somos contra a inserção na referida MP 1031 de dispositivos que afetem a livre competição entre agentes e que estabeleçam ações mandatórias sem o necessário respaldo técnico. Tais dispositivos distorcem o mercado e trazem efeitos de curto, médio e longo prazo que aumentarão o custo da energia elétrica no Brasil.

No nosso entendimento, as alterações propostas, tais como anunciadas na mídia, tornam o projeto desequilibrado, portanto, merecem ser reavaliadas com o devido cuidado.